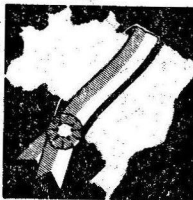


Juros da dívida crescem US\$ 1 bilhão na posse

Collor assume dia 15 de março com uma conta alta para pagar aos credores externos

ARMANDO MENDES

BRASÍLIA — No dia da posse de Fernando Collor na Presidência da República, 15 de março, vence mais uma pesada parcela dos juros da dívida com os bancos privados estrangeiros — de US\$ 1 bilhão a 1,5 bilhão, total que não é confirmado com exatidão pelo governo. A primeira parcela de juros da dívida renegociada em 1988 pelo ministro Mailson da Nóbrega deixou de ser paga em setembro do ano passado, somando outros US\$ 3,5 bilhões. E em 2 de janeiro foi o Clube de Paris que ficou sem receber a sua parte, de US\$ 980 milhões. A herança de pagamentos não efetuados que o governo José Sarney deixará para Collor será de US\$ 6,5 bilhões ou 7,08 bilhões, dependendo da conta exata que vence no dia da posse.



O governo tem também atrasado por períodos curtos uma parte dos pagamentos devidos a organismos internacionais, como Banco Mundial (Bird), Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e Eximbank, mas o Ministério da Fazenda e o Banco Central fazem questão de desvincular esses atrasos, de no máximo 60 dias, da moratória dos pagamentos. Os organismos internacionais toleram atrasos eventuais de até 60 dias sem represálias, explicam os técnicos, e não interessa ao governo uma atitude de confronto com esses organismos, que são hoje a única fonte de crédito externo de que dispõe o Brasil. A dívida com esses bancos oficiais e de desenvolvimento, atualmente, atinge US\$ 3 bilhões.

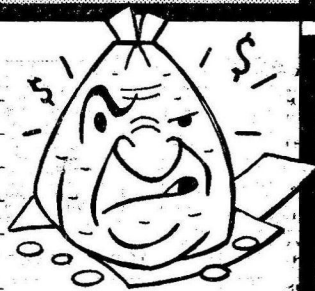
Da outra parte da dívida, a dos juros devidos, US\$ 3,5 bilhões pertencem a bancos privados; US\$ 1,1 bilhão são lucros, dividendos, retorno de capitais e outras remessas da dívida, e US\$ 980 milhões devem ser pagos ao Clube de Paris. Esta última parcela também deverá ser gradativamente quitada, segundo o Ministério da Fazenda. O governo não pretende acumu-

Contas a pagar

No dia 15 de março, Collor assume dívida de juros e outros débitos não pagos pelo atual governo (em US\$ bilhões)

Credor	Valor	Data de vencimento
Bancos privados	3,5	15/09/89
Clube de Paris	0,98	02/01/90
Outras remessas *	1,1	—
Bancos privados	1 a 1,5	15/03/90
Total	6,58 a 7,08	

(*) Estas remessas abrangem lucros, dividendos, retorno de capitais investidos no País e pagamento de serviços como fretes e passagens aéreas, também retidos na centralização de câmbio



lar atrasos com os governos credores, mas há o problema da grande concentração de pagamentos ao Clube de Paris, realizados duas vezes por ano. Para não baixar as reservas significativamente de uma vez só, o governo prefere pagar parceladamente o débito vencido.

RITMO CONTROLADO

As reservas do País em moeda forte não são jamais divulgadas em valor atualizado, mas é certo, segundo a Fazenda, que têm oscilado nos últimos meses entre US\$ 6,5 e 7 bilhões, chegando a US\$ 7,2 bilhões no final do ano passado. O objetivo do ministro Mailson da Nóbrega é entregar a Fazenda a seu sucessor — ou sucessora — com as reservas em torno dos US\$ 7 bilhões. Exatamente para mantê-las nessa faixa o governo resolveu centralizar o câmbio e suspender os pagamentos aos bancos credores em julho de 89.

A centralização do câmbio significa que o Banco Central é quem determina o ritmo das remessas de dólares e outras moedas para o Exterior. O devedor brasileiro — seja ele o governo ou empresas e pessoas — faz o pagamento em cruzados ao BC, mas o credor externo não recebe imediatamente o pagamento em dólar ou outra moeda. A medida que entram dólares no País, em consequência principalmente do saldo na balança comercial (diferença entre o que um país exporta e o que importa), o BC libera os pagamentos aos credores externos. Dessa forma, pode manter sempre certo nível de reservas em moedas fortes.

Caberá ao novo governo decidir se mantém a moratória ou prefere acelerar os pagamentos

aos credores, como gesto de boa vontade na renegociação que o presidente eleito pretende fazer. Não se sabe ainda quais serão as bases da proposta que Collor pretende mandar aos credores já na primeira semana de governo. O assunto está sendo mantido em sigilo.

Nem mesmo se pode confirmar o único ponto concreto de negociação divulgado por Collor na campanha — a descentralização dos entendimentos sobre a dívida e a retirada do aval do governo federal à dívida de Estados, municípios e empresas estatais. De plataforma eleitoral a descentralização foi transformada em proposta a ser renegociada. E o próprio presidente eleito, em suas entrevistas e declarações, adianta apenas um princípio que ele pretende observar: os pagamentos da dívida externa não deverão comprometer o crescimento econômico do País.

Collor vai encontrar alguns estudos e sondagens feitos pela Fazenda, com relação à redução da dívida externa, que hoje atinge cerca de US\$ 115 bilhões. Entre os instrumentos que a Fazenda começou a preparar nos últimos dois anos estão a conversão de parcelas da dívida em investimentos e a transformação dos créditos em bônus, taxas fixas de juros, dos quais foi feita uma emissão de US\$ 1 bilhão no ano passado. Há uma equipe criada pelo secretário de Assuntos Internacionais e pelo Banco Central que se dedica a estudar as possibilidades de redução da dívida — o Plano Brady entre elas — e estará à disposição de Collor, uma vez que é formada por técnicos de carreira do Ministério da Fazenda e do Banco Central.